



Parlamento Europeu

ELEIÇÕES EUROPEIAS

9 junho 2024

#eleicoeseuropeias2024

Guia Prático do processo eleitoral

Juntas de Freguesia/
Comissões Recenseadoras

Câmaras Municipais



Parlamento Europeu

**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**

9 junho 2024

#eleicoeseuropeias2024

Guia Prático

do processo eleitoral

Juntas de Freguesia/
Comissões Recenseadoras

Câmaras Municipais



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Título:

Eleição para o Parlamento Europeu - 9 de junho de 2024 - Guia Prático do Processo Eleitoral

Compilação, atualização e notas:

Joana Barra, Técnica Superior da Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais / Direção de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Ponto 5. Logística e Finanças Eleitorais e Critérios e Quantidades dos Impressos a Distribuir atualizado por:

Nuno Silva, Chefe da Divisão de Administração Eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Coordenação Técnica:

*Isabel Ramos, Diretora de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais, e
Sofia Teixeira, Chefe da Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais da Secretaria-Geral do Ministério da
Administração Interna (SGMAI)*

Coordenador Geral:

*Joaquim Morgado, Secretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
(SGMAI)*

Capa e arranjo gráfico:

*Ana Soraia Monteiro, Técnica Superior da Divisão de Informação e Relações Públicas da Direção de Serviços de
Documentação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)*

Pré-impressão e impressão:

xxx

Depósito Legal:

xxx/24

Tiragem:

xxx

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. Apresentação | 5 |
| 2. Intervenção das Comissões Recenseadoras/Juntas de Freguesia..... | 7 |
| 2.1. Direito de voto | 7 |
| 2.2. Inalterabilidade dos cadernos eleitorais | 7 |
| 2.3. Certidões de eleitor – apresentação de candidaturas | 9 |
| 2.4. Assembleias/Secções de Voto – constituição | 9 |
| 2.5. Mesas das Assembleias de Voto | 9 |
| 2.6. Cadernos Eleitorais para as mesas de voto | 10 |
| 2.7. Propaganda eleitoral | 10 |
| 2.8. Voto antecipado | 11 |
| 2.9. Abertura no dia da eleição | 11 |
| 3. Intervenção das Câmaras Municipais | 12 |
| 3.1. Apresentação de candidaturas e desistências | 12 |
| A. Publicação das listas | 12 |
| B. Desistência de listas | 12 |
| 3.2. Assembleias de voto | 12 |
| A. Desdobramentos | 12 |
| B. Local das assembleias de voto | 13 |
| C. Editais sobre as assembleias/secções de voto | 14 |
| D. Designação dos delegados das listas | 14 |
| E. Designação dos membros das mesas das assembleias/secções de voto | 14 |
| F. Substituição dos membros de mesa | 15 |
| G. Elementos de trabalho das mesas | 16 |
| 3.3. Campanha eleitoral | 16 |
| 3.4. Eleição | 17 |
| A. Voto antecipado | 17 |
| A.1. Voto antecipado em mobilidade | 17 |
| A.2. Voto antecipado dos doentes internados e dos presos | 18 |
| B. Voto em mobilidade no dia da eleição | 19 |
| C. Boletins de voto | 20 |
| 3.5. Impossibilidade de realização da eleição | 20 |
| 3.6. Notas Finais | 20 |
| 4. Assembleia de Apuramento Intermédio | 22 |
| 5. Logística e Finanças Eleitorais | 24 |
| 5.1. Mobiliário Eleitoral | 24 |
| 5.2. Documentos e impressos de apoio à condução da Eleição | 24 |
| 5.3. Impressos de apoio às Assembleias de voto | 25 |
| 5.4. Material de apoio às Assembleias de voto | 25 |
| 5.5. Distribuição dos boletins de voto e respetivas matrizes em <i>braille</i> | 25 |
| 5.6. Plataforma SiGAAE - Módulo SiALE | 26 |
| 5.7. Transferência de verbas para as Autarquias Locais | 26 |
| 5.8. Compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto | 26 |
| 6. Anexos | 28 |
| - Modelos de editais e demais documentos | 29 |
| - Critérios e quantidades dos impressos a distribuir | 81 |
| - Quadro cronológico das operações eleitorais | 85 |

1. APRESENTAÇÃO

Com a publicação do presente Guia Prático pretende-se, como habitualmente, enumerar e descrever de forma acessível e sistematizada as competências legalmente atribuídas aos principais intervenientes no processo eleitoral para o Parlamento Europeu, cuja votação terá lugar no dia **9 de junho de 2024**.

Este trabalho divide-se em três grandes capítulos. O primeiro respeita à intervenção no processo eleitoral das Juntas de Freguesia (J.F.)/ Comissões Recenseadoras (C.R.), o segundo à das Câmaras Municipais (C.M.) e o último à Assembleia de Apuramento Intermédio (A.A.I.).

As referências legais utilizadas ao longo do Guia reportam-se, quando não estiverem expressamente identificadas, à Lei n.º 14/79, de 16 de maio (Lei Eleitoral para a Assembleia da República, adiante designada por LEAR), **com as alterações recentemente introduzidas pela Lei Orgânica n.º4/2020, de 11 de novembro**, para cujo articulado remete a Lei Eleitoral do Parlamento Europeu (Lei n.º 14/87, de 29 de abril, adiante designada LEPE), que deve ser consultada pelos intervenientes diretos no processo eleitoral uma vez que este documento não é, naturalmente, exaustivo.

Para melhor compreensão das referidas regras deve ser consultada a separata com a legislação eleitoral atualizada.

Informamos que, em virtude da publicação da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro, na eleição para o Parlamento Europeu de 2024 é admitida a modalidade de voto em mobilidade (vd. 3.4. ELEIÇÃO).

Esta modalidade de voto será operada através da utilização dos Cadernos Eleitorais Desmaterializados (adiante CED). Os CED são a versão eletrónica dos Cadernos Eleitorais em papel, e uma réplica total destes, incluindo todos os eleitores com capacidade eleitoral para cada eleição ou referendo, inscritos na Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (BDRE) - artigo 58.º-A, da Lei do Recenseamento Eleitoral – adiante LRE.

Em anexo incluem-se os modelos de editais e demais documentos eleitorais que são referidos ao longo do texto e que devem ser executados pelas entidades intervenientes no processo eleitoral.

No final, inclui-se também, um exemplar do quadro cronológico das operações eleitorais em tamanho reduzido, obtido a partir do cartaz que a Administração Eleitoral da Secretaria-Geral da Administração Interna (adiante SGMAI) disponibiliza a todos os órgãos de administração eleitoral.

A Administração Eleitoral da SGMAI está à disposição de todos os intervenientes no processo eleitoral para o esclarecimento de dúvidas que possam ocorrer, designadamente no domínio das competências que legalmente lhe estão cometidas.

Manter-nos-emos em funcionamento nos seguintes horários:

- ▶ Fim-de-semana do voto antecipado em mobilidade

Sábado, 1 de junho - das 09h00 às 18h00

Domingo, 2 de junho - a partir das 07h00

- ▶ Fim-de-semana da eleição

Sábado, 8 de junho - das 09h00 às 20h00

Domingo, 9 de junho - a partir das 06h00

**Podemos ser contactados para Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa
ou através de:**

Telefone – 213 947 100

Linha de Apoio ao Eleitor - 808 206 206

E-mail: adm.eleitoral@sg.mai.gov.pt

2. INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES RECENSEADORAS / JUNTAS DE FREGUESIA

2.1. DIREITO DE VOTO

Podem exercer o direito de voto na eleição para o Parlamento Europeu:

- Os cidadãos portugueses maiores de 18 anos, recenseados no território nacional;
- Os cidadãos portugueses inscritos no recenseamento eleitoral português, residentes fora do território nacional, que não optem por votar em outro Estado membro da União Europeia;
- Os cidadãos brasileiros com cartão de cidadão ou bilhete de identidade **e com estatuto de igualdade de direitos políticos**;
- Os cidadãos da União Europeia, não nacionais do Estado Português, recenseados em Portugal, que optem por votar nos deputados portugueses para o Parlamento Europeu.

NOTA: Os outros cidadãos estrangeiros, não nacionais de Estados membros da União Europeia, não são eleitores do Parlamento Europeu.

2.2. INALTERABILIDADE DOS CADERNOS ELEITORAIS

(LEI N.º 13/99, DE 22 DE MARÇO — LEI DO RECENSEAMENTO ELEITORAL)

O período de inalterabilidade dos cadernos de recenseamento decorre **entre 25 de maio e 9 de junho** (artigo 59.º, da Lei n.º 13/99, de 22 de março – LRE).

Para cumprimento deste período:

- a. A Administração Eleitoral, através do SIGRE (Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral), disponibiliza às C.R., **a partir de 26 de abril de 2024**, as listagens das alterações ocorridas nos cadernos de recenseamento (artigo 57.º, n.º 1, da LRE);
- b. Estas listagens devem ser expostas nas sedes das C.R., **entre 1 e 6 de maio de 2024**, para efeitos de consulta e reclamação dos interessados (artigos 57.º, n.ºs 3 e 4 e 60.º a 65.º, da LRE).

Durante este período, pode qualquer eleitor ou partido político reclamar, por escrito, perante as C.R. das omissões ou inscrições indevidas, devendo essas reclamações ser encaminhadas para a Administração Eleitoral no mesmo dia, pela via mais expedita (artigo 60.º, n.º 1, da LRE).

No caso de reclamação por inscrição indevida, as C.R. dão imediato conhecimento ao eleitor para, querendo, responder no prazo de dois dias, devendo tal resposta ser remetida, no mesmo dia, à Administração Eleitoral (artigo 60.º, n.º 2, da LRE).

A Administração Eleitoral decide as reclamações nos dois dias seguintes à sua apresentação, comunicando de imediato a sua decisão ao autor da reclamação, com conhecimento à C.R. que a afixa, imediatamente, na sua sede ou local de funcionamento, bem como nos postos de recenseamento, se existirem (artigo 60.º, n.º 3, da LRE).

Das decisões da Administração Eleitoral sobre as reclamações que lhe sejam apresentadas cabe recurso para o Tribunal da Comarca da sede da respetiva C.R. (artigo 61.º, n.º 1, da LRE).

Das decisões do Tribunal de Comarca cabe recurso para o Tribunal Constitucional (artigo 61.º, n.º 4, da LRE).

O prazo para interposição de recurso é de cinco dias a contar da afixação da decisão da Administração Eleitoral ou da decisão do Tribunal de Comarca conforme os casos (artigo 62.º, da LRE).

Decidida a reclamação e esgotado o prazo de recurso, a Administração Eleitoral opera, quando for caso disso, as competentes alterações na BDRE e comunica-as às respetivas C.R. (artigo 60.º, n.º 4, da LRE).

A Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro veio estabelecer um regime excecional de exercício do direito de voto em mobilidade na eleição para o Parlamento Europeu de 2024, podendo os eleitores votar em mobilidade em qualquer mesa de voto constituída em território nacional ou no estrangeiro. Desta forma, são introduzidas importantes alterações nos procedimentos relativos aos cadernos eleitorais e definição dos locais de voto. Assim:

- a) Em todas as assembleias e secções de voto são utilizados cadernos eleitorais desmaterializados, a fornecer pela Administração Eleitoral (artigo 5.º, n.º 1, da referida Lei).
- b) Em cada assembleia de voto a Administração Eleitoral da SGMAI disponibiliza dois equipamentos informáticos para acesso aos cadernos eleitorais desmaterializados pelos membros de mesa (artigo 6.º, n.º 1).

Não obstante, deverá ser confirmada ou atualizada a definição do(s) local(ais) de voto, com a respetiva associação de postos de recenseamento e a definição das coordenadas geográficas, que já tenham sido, anteriormente, registadas no SIGRE, tendo em atenção as orientações, previamente, indicadas relativas aos locais de voto possuírem as condições técnicas necessárias para a utilização dos cadernos eleitorais desmaterializados. Esta definição deve ser efetuada no SIGRE, com a maior urgência, através da opção de “Gestão de Locais de Voto”, que já se encontra disponível.

Será também necessário efetuar no SIGRE, **a partir de 29 de abril e até 23 de maio**, a “Configuração de Cadernos Eleitorais” que permite definir a correspondente distribuição dos eleitores dessa freguesia pelas secções de voto.

Uma vez efetuada aquela configuração em articulação com a respetiva Câmara Municipal, podem ser também configurados e gerados no SIGRE os editais relativos aos locais e horários de funcionamento das secções de voto, contendo os nomes do primeiro e do último eleitor que nelas votam.

Neste domínio constitui propósito da Administração Eleitoral da SGMAI continuar, no período de inalterabilidade dos cadernos de recenseamento, a disponibilizar, através do endereço <https://www.recenseamento.pt/>, pelo serviço de SMS 3838 e pelo Portal do Eleitor, informação aos cidadãos sobre o local físico da freguesia (escola, edifício público ou outro) onde habitualmente exercem o seu direito de voto, podendo, no entanto, nesta eleição, votar em qualquer assembleia de voto.

A Administração Eleitoral disponibilizará, ainda, no Portal do Eleitor (<https://www.portaldoeleitor.pt/pt/LocaisVoto>), a indicação da afluência das mesas de voto, em tempo real, por forma a evitar aglomerados e a facilitar a deslocação dos eleitores no dia da eleição.

2.3. CERTIDÕES DE ELEITOR - APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Até ao dia 29 de abril decorre o período destinado à apresentação de candidaturas pelos partidos políticos e coligações. De entre os documentos necessários à instrução do processo de candidatura destaca-se a certidão de inscrição no recenseamento eleitoral que cada candidato deve obter.

Assim, as Comissões Recenseadoras devem emitir, gratuitamente, a pedido de qualquer interessado, **no prazo de 3 dias**, as certidões (artigo 24.º, n.º 4, alínea b), da LEAR e artigos n.ºs 68.º e 69.º da LRE), indicando a finalidade e a eleição a que se destinam.

As C.R. devem certificar, para além do nome, todos os outros elementos identificativos discriminados no n.º 2, do artigo 24.º (idade, filiação, naturalidade, residência, n.º, arquivo e data do B.I./n.º de identificação civil, no caso do cartão de cidadão) excetuando, evidentemente, a profissão que é um elemento que não faz parte dos dados identificativos do eleitor, constantes da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, que deve ser declarada pelo eleitor.

2.4. ASSEMBLEIAS/SECÇÕES DE VOTO - CONSTITUIÇÃO

Por iniciativa dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos 10 eleitores, pode ser apresentado recurso, da decisão do Presidente da Câmara, sobre os desdobramentos das assembleias de voto para a secção da instância local do tribunal de comarca competente em matéria cível, com jurisdição na área do município, a menos que na sede do município se encontre instalada uma secção da instância central daquele tribunal, com competência em matéria cível, situação em que o recurso deve ser interposto para essa secção. Tal recurso é apresentado no prazo de dois dias após a publicação do edital que os fixa - **portanto até 7 de maio** (artigo 40.º, n.º 4).

2.5. MESAS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

O Presidente da Junta de Freguesia deve convocar os delegados das listas concorrentes ao ato eleitoral para que se reúnam na sede da mesma **até ao dia 16 de maio** para proceder à escolha dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto (artigo 47.º, n.º 1, da LEAR), comunicando imediatamente essa escolha ao Presidente da C.M (modelo PE-20).

Nota: Atenção, nesta reunião **são admitidos todos os delegados** de partidos ou coligações que se apresentem devidamente credenciados, independentemente de terem, ou não, sido previamente convocados.

De salientar que o Presidente da J.F. apenas convoca a reunião, faculta o acesso às instalações da Junta de Freguesia, disponibiliza apoio logístico (caso seja necessário) e transmite os resultados à Câmara

Municipal, não devendo nela tomar parte ou interferir por qualquer meio no desenrolar dos trabalhos. Contudo, caso os delegados das listas manifestem interesse na sua presença, pode assistir à reunião.

Seguidamente, o processo de designação dos membros de mesa desenrola-se de acordo com o constante nos n.ºs 2 e 3 do artigo 47.º, competindo à J.F. publicar um Edital (que lhe será enviado pela C.M. – modelo PE-7), no prazo de 48 horas, contendo os nomes dos membros escolhidos pelos delegados ou pela Câmara, consoante o caso (artigo 47.º, n.º 4).

São participadas à J.F. pela C.M. **até ao dia 28 de maio**, todas as nomeações de membros de mesa da área da respetiva freguesia (artigo 47.º, n.º 6). A forma desta participação poderá traduzir-se no envio de cópia dos alvarás de nomeação.

No próprio dia das eleições, se às 7h00 não for possível constituir a mesa por não estar presente o número mínimo de 3 membros necessários para o efeito deve o Presidente da Junta designar os membros faltosos de entre os agentes eleitorais da correspondente bolsa (n.º 1, do artigo 8.º, da Lei n.º 22/99, de 21 de abril - Lei que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais).

Se, apesar da mesa se encontrar constituída, se verificar a falta de um dos membros, o Presidente substitui-o por qualquer eleitor da bolsa de agentes eleitorais (n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril).

Se não for possível designar agentes eleitorais, o Presidente da Junta nomeia o substituto do membro ou membros ausentes de entre quaisquer eleitores da freguesia, mediante acordo da maioria dos restantes membros da mesa e dos representantes dos partidos, considerando-se sem efeito, a partir desse momento, a designação dos membros de mesa que não tenham comparecido.

Por esse motivo, **devem os presidentes da J.F. acompanhar no próprio dia da eleição, da maneira mais eficiente possível, e desde bem cedo, todo o processo de constituição das mesas na área das respetivas freguesias.**

2.6. CADERNOS ELEITORAIS PARA AS MESAS DE VOTO

Os cadernos eleitorais são inalteráveis **a partir de 25 de maio**. Em todas as assembleias e secções de voto são utilizados os cadernos eleitorais desmaterializados (CED) – (artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro). Os CED são cadernos eleitorais em formato eletrónico com base na informação das inscrições constantes da BDRE e incluem todos os eleitores com capacidade eleitoral (artigo 58.º-A, n.º 1, da LRE). A cada mesa serão atribuídos dois computadores com acesso exclusivo aos CED (modelo PE-21 e 22).

2.7. PROPAGANDA ELEITORAL

A J.F. deve estabelecer **até ao dia 23 de maio** espaços especiais, em lugares certos, destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos, tantas quantas as listas de candidatos propostas à eleição (n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º).

2.8. VOTO ANTECIPADO

A J.F. recebe do Presidente da C.M. os sobrescritos contendo os votos dos cidadãos que votaram antecipadamente, nos termos dos artigos 79.º-A, 79.º-B, 79.º-C e 79.º-D, da LEAR. Estes sobrescritos devem ser entregues às mesas respetivas **até às 7 horas do dia da eleição** (n.º 16, do artigo 79.º-C, conjugado com o artigo 4.º, n.º 1, da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro).

2.9. ABERTURA NO DIA DA ELEIÇÃO

A J.F. deve estar aberta no dia da eleição para prestar as informações necessárias aos eleitores sobre o local onde podem exercer o seu direito de voto, nos termos do artigo 85.º (modelo PE-23).

Para o efeito, no próprio dia da eleição pode, inclusive, aceitar-se que o local de funcionamento da Junta de Freguesia seja próximo das assembleias/secções de voto, se as mesas estiverem situadas em local que seja relativamente distante do edifício das instalações da J.F.. De notar, porém, que nestes casos deve ser salvaguardada a segurança dos ficheiros a utilizar.

Todavia, esta solução só será admissível se as instalações onde se encontram as mesas de voto permitirem uma clara distinção entre as assembleias de voto e os serviços da Junta de Freguesia, evitando-se qualquer confusão entre as assembleias e os ditos serviços por forma a que, nomeadamente, não possa considerar-se haver interferência indevida destes no ato eleitoral.

Sugere-se que, a qualquer destas medidas, seja dada a máxima publicidade.

3. INTERVENÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

3.1. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS E DESISTÊNCIAS

A. PUBLICAÇÃO DAS LISTAS (ARTIGO 36.º)

O Presidente da C.M. recebe do Tribunal Constitucional, assim que termine o processo contencioso de apresentação das candidaturas, o edital com as listas definitivamente admitidas, devendo afixá-lo à porta do edifício da C.M., **o mais tardar até 24 de maio** (artigo 36.º, n.º 1) (modelo PE-1).

Estas listas são novamente publicadas no dia da eleição por editais afixados à porta e no interior das assembleias/secções de voto a cujo presidente são entregues pelo Presidente da C.M., juntamente com os restantes documentos (artigo 36.º, n.º 3).

B. DESISTÊNCIAS DE LISTAS (ARTIGO 39.º)

Se se verificar a desistência de alguma lista, o que pode acontecer **até 6 de junho**, tal facto é comunicado pelo Tribunal Constitucional à Administração Eleitoral (ou nas Regiões Autónomas ao Representante da República), que por sua vez comunica ao Presidente da C.M., que deve publicitar, imediatamente, essa ocorrência (modelo PE-2) e adotar as diligências necessárias para que no dia da eleição esse facto seja conhecido pelas mesas e eleitores em geral.

Recomenda-se, com especial ênfase, que as C.M. deem rigorosas instruções aos membros das mesas para, no caso de haver desistências, não escreverem quaisquer palavras nos boletins de voto, nem aporem quaisquer marcas ou riscos sobre as listas desistentes, sob pena de anularem os respetivos votos.

3.2. ASSEMBLEIAS DE VOTO

A. DESDOBRAMENTOS (ARTIGO 40.º)

Compete ao Presidente da C.M. fixar, **até 5 de maio**, os desdobramentos das assembleias de voto, quando necessário, devendo cada uma das secções de voto ter o máximo de 1000 eleitores inscritos para votar (artigo 40.º, n.º 3) (modelo PE-3).

Deste ato é dado imediato conhecimento às Juntas de Freguesia respetivas, através de ofício. Recomenda-se, naturalmente, às C.M. que fixem esses desdobramentos em estreita colaboração com as J.F., que através do SIGRE têm acesso aos cadernos eleitorais e que, por isso, estão na situação ideal para avaliar das necessidades na matéria. Relembramos que também as Câmaras Municipais têm acesso, via SIGRE, a esses mesmos cadernos eleitorais.

Atenta a possibilidade de ser apresentado recurso (no mínimo por 10 eleitores ou, pelas próprias Juntas de Freguesia) da decisão do presidente da C.M., o edital referido é provisório, devendo informar da possibilidade de recurso e dos prazos em que pode ser interposto.

Considerando os referidos recursos e a decisão final dos mesmos, que no total acrescentam quatro dias ao processo, os editais definitivos devem ser afixados **o mais tardar no dia 9 de maio** (modelo PE-4).

B. LOCAL DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO (ARTIGO 42.º)

Compete ao Presidente da C.M. determinar os locais onde devem funcionar as assembleias de voto. Para o efeito, devem ser preferencialmente requisitados edifícios públicos (escolas, sedes de municípios, Juntas de Freguesia, etc.) ou, na falta destes, edifícios particulares apropriados.

No que concerne às salas de aulas, a sua cedência deve ser solicitada pelas C.M. às entidades indicadas pelos Ministros competentes em despacho a publicar oportunamente e de que daremos atempado conhecimento.

A Administração Eleitoral disponibiliza em devido tempo, no SIGRE, a opção “Gestão Locais de Voto” que permite às Câmaras Municipais efetuarem o desdobramento das assembleias de voto e a determinação dos respetivos locais de funcionamento, gerando os competentes editais.

Com base nesta informação e opções disponíveis no SIGRE, **as C.R. devem associar os postos de recenseamento aos respetivos locais de voto e efetuar a configuração dos cadernos eleitorais.**

Uma vez efetuada aquela configuração (em articulação com a respetiva Câmara Municipal) **podem, também, ser configurados e gerados no SIGRE os editais relativos aos locais e horários de funcionamento das secções de voto, contendo os nomes do primeiro e do último eleitor que nelas votam.**

Estas opções estão disponíveis no SIGRE a partir de 29 de abril e até 23 de maio de 2024.

Neste domínio constitui propósito da Administração Eleitoral disponibilizar, através do endereço www.recenseamento.pt e, do serviço de SMS 3838, informação aos cidadãos sobre o local físico da freguesia (escola, edifício público ou outro) onde podem exercer o seu direito de voto no dia da eleição.

Para se alcançar tais intentos **revela-se imprescindível a colaboração das Câmaras Municipais e das Comissões Recenseadoras.**

Nesta oportunidade sugere-se também que, **sempre que possível, sejam mantidos os locais de funcionamento das assembleias/secções de voto que têm vindo a ser utilizados em atos eleitorais anteriores**, por forma a não introduzir qualquer perturbação no acesso dos eleitores ao local onde devem exercer o seu direito de sufrágio.

Aproveita-se para solicitar a todos os Presidentes das Câmaras Municipais que, na determinação dos locais de funcionamento das assembleias ou secções de voto, levem em consideração a boa acessibilidade das mesmas para todos os eleitores, nomeadamente os idosos e deficientes, procurando situá-las de preferência em pisos térreos e de fácil acesso.

C. EDITAIS SOBRE AS ASSEMBLEIAS/SECÇÕES DE VOTO (ARTIGO 43.º)

Até 25 de maio os Presidentes das C.M. anunciam, através de editais (modelo PE-5) afixados nos locais de estilo, o dia, hora e locais onde se reúnem as assembleias de voto e os seus desdobramentos, quando a eles haja lugar.

Os **editais** devem também designar os nomes dos cidadãos que votam em cada secção, constando dos mesmos **os nomes do primeiro e do último eleitor do respetivo caderno eleitoral**.

D. DESIGNAÇÃO DOS DELEGADOS DAS LISTAS (ARTIGO 46.º)

Até 15 de maio os candidatos e mandatários das diferentes listas concorrentes indicam, por escrito aos Presidentes das C.M., os delegados e suplentes às assembleias e secções de voto.

Compete aos Presidentes das C.M. entregar antecipadamente aos candidatos e mandatários das listas concorrentes, as credenciais (modelo PE-6) destinadas aos delegados (e respetivos suplentes) das listas concorrentes à eleição, que os mesmos preenchem e entregam para assinatura e autenticação do Presidente da C.M..

Os delegados a quem compete a fiscalização das operações de voto antecipado (v. adiante, ponto 3.4) devem, também, ser credenciados (modelo PE-17), devendo a C.M. providenciar para que as respetivas credenciais lhes sejam atempadamente entregues.

As restantes credenciais podem ser passadas até perto do dia da eleição.

Da credencial constam os seguintes elementos: nome, número do Cartão de Cidadão/B.I., arquivo e data do B.I (se o tiver), freguesia onde se encontra recenseado, lista que representa e ainda assembleia de voto onde vai exercer funções.

Deve ser aceite qualquer modelo de credencial que contenha todos os elementos atrás enunciados.

E. DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS/SECÇÕES DE VOTO (ARTIGO 47.º)

A partir de meados de maio pode começar a desenrolar-se o processo de designação dos membros das mesas das assembleias/secções de voto. Vejamos a intervenção dos presidentes das C.M.:

a) Se na reunião realizada **até 16 de maio** na sede da J.F., não for possível chegar a acordo acerca da escolha dos membros das mesas das assembleias/secções de voto, os Presidentes das C.M. recebem, nos **dias 17 e 18 de maio**, as comunicações dos delegados das listas com indicação de dois cidadãos por cada lugar ainda por preencher, para que de entre eles se faça a escolha.

b) Designam, através de sorteio, a realizar nas 24 horas seguintes, no edifício da C.M., e na presença dos delegados das listas concorrentes à eleição, os membros de mesa em falta, de entre os nomes indicados pelos delegados. No caso de não serem propostos cidadãos pelos delegados das listas, o Presidente da C.M. nomeia os membros das mesas em falta no mesmo prazo (sorteio ou nomeação,

o mais tardar até 19 de maio);

c) Nas secções de voto em que o número de cidadãos com os requisitos necessários à constituição das mesas seja comprovadamente insuficiente (por exemplo, nenhum dos cinco membros saber ler e escrever), são nomeados os membros necessários de entre os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral.

A lei admite que, dentro da área de cada freguesia, um cidadão possa exercer funções de membro de mesa em secção de voto diferente daquela por onde se encontra inscrito. Nesta situação, para exercer o direito de voto basta que o membro de mesa, munido de cópia do alvará de nomeação ou documento equivalente, se desloque da secção de voto onde exerce funções à secção de voto onde se encontra inscrito e aí vote, tendo prioridade relativamente aos eleitores presentes, em virtude da necessidade de regressar imediatamente e retomar as suas funções (artigo 88.º, n.º 2).

Nestas nomeações devem, naturalmente, ser tidos em consideração os requisitos legais para o exercício das funções de membro de mesa (saber ler e escrever português e estar inscrito no recenseamento eleitoral da freguesia).

d) Depois de escolhidos ou designados os membros das mesas, os seus nomes devem constar de editais (modelo PE-7), lavrados no prazo de 48 horas, **até 21 de maio**, enviados por ofício às Juntas de Freguesia e aí afixados. Qualquer eleitor pode reclamar contra a referida designação nos dois dias seguintes à afixação, **até 23 de maio**. As referidas reclamações são decididas em 24 horas, **até 24 de maio** e, quando sejam atendidas, deve ser efetuada de imediato nova designação, através de sorteio para preenchimento dos nomes em falta (artigo 47.º, n.ºs 4 e 5).

e) Lavram os alvarás de nomeação dos membros das mesas (modelo PE-8) **o mais tardar até 28 de maio**, enviando-os aos eleitores, e participando por ofício (modelo PE-9) as nomeações às Juntas de Freguesia competentes (o modo de participação poderá traduzir-se no envio de cópia dos alvarás).

É de toda a conveniência que o envio do alvará de nomeação aos próprios eleitores designados se faça dentro dos prazos legais de modo a que, quando os mesmos não possam assegurar o exercício de funções, haja possibilidade de se proceder à sua substituição em tempo útil.

F. SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DE MESA (ARTIGO 47.º N.º 7)

Até ao dia 5 de junho, os membros de mesa designados ou nomeados que justifiquem, fundamentadamente, a impossibilidade do exercício de funções no dia da eleição (nos termos do n.º 5, do artigo 44.º), devem ser substituídos imediatamente pelo presidente da C.M., que deve dar conhecimento público do facto através de edital (modelo PE-10).

De notar que o exercício de funções de membro de mesa é obrigatório e constitui um dever cívico (artigo 44.º, n.º 4).

Aos membros das mesas é atribuída uma gratificação, isenta de tributação, no montante de €59,15 que será transferido para a C.M. pela Administração Eleitoral (Lei n.º 22/99, de 21 de abril).

G. ELEMENTOS DE TRABALHO DAS MESAS (ARTIGO 52.º)

O Presidente da C.M. entrega a cada presidente da assembleia ou secção de voto, **até ao dia 5 de junho**:

- a) um caderno destinado às atas das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas;
- b) os impressos e restantes documentos necessários;
- c) os boletins de voto, bem como as respetivas matrizes em *braille*.
(modelo PE-11).

Importa realçar a necessidade de adoção de apertadas medidas de segurança no que concerne aos boletins de voto e à restante documentação eleitoral.

3.3. CAMPANHA ELEITORAL

No âmbito do período da campanha eleitoral (que decorre **entre 27 de maio e 7 de junho**), compete ao Presidente da Câmara:

- ▶ Anunciar, **até 26 de abril**, através de editais (modelo PE-12), os locais onde pode ser afixada propaganda eleitoral (artigo 7.º, da Lei n.º 97/88, de 11 de agosto).
A distribuição dos espaços deve ser equitativa de modo a que, em cada local destinado a afixação, cada força política concorrente disponha de uma área disponível não inferior a 2m².
- ▶ Receber **até 16 de maio** as comunicações dos proprietários de salas de espetáculos ou de outros recintos de normal utilização pública para serem utilizados na campanha. Na falta de declaração pode requisitar as salas necessárias (artigo 65.º, n.º 1).
- ▶ Assegurar a cedência e o uso, para a campanha, de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e pessoas coletivas de direito público, repartindo com igualdade a sua utilização pelos concorrentes à eleição (artigo 68.º).
A utilização de instalações escolares, para fins de campanha eleitoral, será objeto de despacho dos ministros competentes a publicar oportunamente e de que daremos atempado conhecimento.
- ▶ Indicar, **até 23 de maio**, depois de ouvidos os mandatários das listas, o horário de utilização de salas e recintos para propaganda eleitoral (artigo 65.º, n.º 3).
- ▶ Receber os avisos de realização de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles, passando recibo comprovativo (artigo 59.º, alínea a)).
- ▶ Ordenar, quando necessário, a alteração de trajeto de desfiles comunicando essa decisão às listas envolvidas e à Comissão Nacional de Eleições (artigo 59.º, alínea d)).

3.4. ELEIÇÃO

A. VOTO ANTECIPADO (ARTIGO S 79.º-A, 79.º-B, 79.º-C E 79.º-D)

A.1. Voto antecipado em mobilidade (artigos 79.º- A e 79.º-C)

Todos os eleitores recenseados em território nacional podem exercer o direito de voto antecipado em mobilidade (artigo 79.º-A).

Para esse efeito “é constituída, pelo menos, uma mesa de voto em cada município do território do continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira” (artigo 40.º-B).

Relativamente ao processo de designação dos membros de mesa de voto antecipado em mobilidade, compete ao Presidente da C.M. convocar, **até ao dia 16 de maio**, os delegados das listas concorrentes ao ato eleitoral, para que se reúnam na sede da respetiva Câmara Municipal para proceder à escolha dos membros das mesas das assembleias de voto antecipado em mobilidade [artigo 47.º, n.º 8, alínea a)].

Antecipadamente, deve o referido Presidente da C.M. convocar individualmente os delegados dos partidos ou coligações concorrentes à eleição, devendo também afixar convocatória genérica nos locais de estilo (modelo PE-13).

Nota: Nesta reunião são admitidos todos os delegados de partidos ou coligações que se apresentem devidamente credenciados, independentemente de terem, ou não, sido previamente convocados.

É de salientar que **o Presidente da C.M.** apenas convoca a reunião, faculta o acesso às instalações da Câmara Municipal e disponibiliza apoio logístico (caso seja necessário), **não devendo** nela tomar parte ou **interferir por qualquer meio no desenrolar dos trabalhos**. Contudo, caso os delegados das listas manifestem interesse na sua presença, pode assistir à reunião.

Ao processo de designação dos membros de mesa de voto antecipado em mobilidade aplica-se o estabelecido nos n.ºs 1 a 7 do artigo 47.º, com as especificidades previstas no n.º 8 daquele artigo.

Deste modo, compete ao Presidente da C.M. publicar um Edital (modelo PE-14), no prazo de 48 horas (o mais tardar **até 21 de maio**), contendo os nomes dos membros escolhidos pelos delegados [artigo 47.º, n.ºs 4 e 8, alínea c)].

O Presidente da C.M. lavra os alvarás de nomeação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade (modelo PE-15) **o mais tardar até 28 de maio**, enviando-os aos eleitores por ofício (modelo PE-16).

Os eleitores recenseados em território nacional inscrevem-se para votar antecipadamente por meio eletrónico em www.votoantecipado.pt, ou requerem por via postal à Administração Eleitoral da SGMAI **entre 26 e 30 de maio de 2024**.

É de notar que a C.M. pode acompanhar as inscrições para o voto antecipado na sua área, durante todo

o período para inscrição, e a todo o tempo, através do SIGRE.

Sempre que se registre um número de eleitores sensivelmente superior a 500 para votar em determinada mesa de voto antecipado em mobilidade, pode o Presidente da C.M., determinar a constituição de mais de uma mesa para o exercício de voto antecipado em mobilidade de modo a que cada uma delas não ultrapasse esse número (artigo 47.º, n.º 9).

Quando até ao termo do prazo legal para o efeito, em determinada mesa de voto antecipado em mobilidade, se verifique que nenhum eleitor se registou para aí votar, o respetivo Presidente da C.M., pode determinar que a mesma seja dispensada do seu funcionamento (artigo 40.º-B, n.º 2).

A Administração Eleitoral, através das forças de segurança, envia ao Presidente da C.M. **os boletins de voto para o exercício do voto antecipado em mobilidade** (artigo 79.º-C, n.º 6).

No dia 2 de junho, o eleitor exerce o direito de voto antecipado em mobilidade na mesa de voto por si escolhida, constituída para esse efeito junto da câmara municipal, nos termos do estabelecido nos artigos 40.º-B e 79.º-C, n.º 7.

Os envelopes contendo os votos antecipados em mobilidade ficam à guarda do presidente da câmara municipal do local onde o eleitor votou e devem ser distribuídos de modo equitativo pelas mesas de voto na sua área de circunscrição, até às 7h00 do dia da eleição – 9 de junho (artigo 9.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro).

A.2. Voto antecipado dos doentes internados e dos presos (artigo 79º-D)

Até ao dia 20 de maio, estes eleitores devem **requerer à Administração Eleitoral, por meios eletrónicos, ou por via postal**, o exercício do direito de voto antecipado (artigo 79.º-D, n.º 1).

A Administração Eleitoral envia, por correio registado com aviso de receção, **até ao dia 23 de maio**, ao Presidente da C.M. em cuja área se situe o estabelecimento hospitalar e/ou prisional, **relação nominal dos eleitores e locais abrangidos e correspondente número de boletins de voto, sobrescritos brancos e azuis** (artigo 79.º-D, n.º 2).

O Presidente da C.M. em cuja área se situe o estabelecimento hospitalar e/ou prisional onde haja voto antecipado notifica, **até 24 de maio**, as listas concorrentes para nomeação de delegados, dando conhecimento do local, dia e hora da sua realização, devendo estas transmitir ao Presidente da C.M. o nome dos delegados nomeados para fiscalizar estas operações **até 26 de maio** (artigo 79.º-D, n.ºs 3 e 4) (modelos PE-18 e 19).

Entre 27 e 30 de maio, estes eleitores exercem o direito de voto perante o Presidente da C.M. onde se situe o hospital e/ou prisão, que aí se desloca, em dia e hora previamente anunciados ao respetivo diretor e aos delegados das listas (artigo 79.º-D, n.º 5).

O Presidente da C.M. pode, excecionalmente, fazer-se substituir por qualquer um dos vereadores do município devidamente credenciado (artigo 79.º-D, n.º 6).

A votação destes eleitores deve obedecer, com as necessárias adaptações, resultantes dos condicionalismos dos regimes hospitalares e prisionais, às normas estabelecidas para o voto antecipado previsto no artigo 79.º -C.

Assim, no ato de votação, o eleitor recebe do Presidente da C.M.:

- 2 sobrescritos (um branco e um azul);
- 1 boletim de voto.

Depois de assinalar devidamente o boletim de voto, em local onde seja preservado o segredo de voto, o eleitor dobra-o em quatro, introduzindo-o no sobrescrito branco que deve fechar adequadamente (artigo 79.º- C, n.º 10).

Este sobrescrito (que, repete-se, só terá no seu interior o boletim de voto) será a seguir introduzido no sobrescrito azul, que é fechado, preenchido de forma legível e selado com uma vinheta de segurança (artigo 79.º-C, n.º 11).

O Presidente da C.M. entrega ao eleitor o duplicado da vinheta de segurança aposta no sobrescrito azul, **que serve de comprovativo do exercício do direito de voto** (artigo 79.º- C, n.º 12).

O Presidente da C.M. elabora uma ata das operações efetuadas destinada aos Presidentes das Assembleias de Apuramento Intermédio. Da referida ata constam, obrigatoriamente, o nome, o n.º do documento de identificação civil e a freguesia onde o eleitor se encontra recenseado, bem como quaisquer ocorrências que dela devam constar nos termos gerais (artigo 79.º- C, n.ºs 13 e 14).

Os envelopes contendo os votos antecipados de doentes internados e presos ficam à guarda do presidente da Câmara Municipal do local onde o eleitor votou e devem ser distribuídos de modo equitativo às mesas de voto na sua área de circunscrição, **até às 7h00 do dia da eleição - 9 de junho** (artigo 9.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro).

Nota: Sobre o voto antecipado em mobilidade e o voto antecipado de doentes internados e dos presos vejam-se os modelos **PE-13 a PE-19** cuja execução cabe às Câmaras Municipais.

B. VOTO EM MOBILIDADE NO DIA DA ELEIÇÃO (ARTIGO 2.º, DA LEI N.º 80/2023, DE 28 DE DEZEMBRO)

Com a entrada em vigor da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro, na eleição para o Parlamento Europeu de 2024, todos os eleitores podem votar em mobilidade em qualquer mesa de voto constituída em território nacional ou no estrangeiro.

Para votar, o eleitor identifica-se mediante a apresentação do seu documento de identificação civil.

Cabe à mesa verificar nos cadernos eleitorais desmaterializados:

- se o eleitor possui capacidade eleitoral ativa (ver 2.1 – Direito de voto);
- se já exerceu o seu direito de voto noutra mesa e;
- se está inscrito na mesa de voto onde se apresenta para votar.*

Depois de exercer o seu direito de voto, o eleitor entrega ao presidente da mesa o boletim de voto que

introduz na urna, enquanto os escrutinadores descarregam o voto no caderno eleitoral desmaterializado.

* **Nota:** Caso o eleitor não possua documento de identificação civil, apenas poderá exercer o seu direito de voto na mesa onde se encontra recenseado, nos termos do artigo 3.º, n.º 6, da referida lei.

A verificação da inscrição do eleitor no caderno eleitoral desmaterializado é feita através da leitura do cartão de cidadão ou por pesquisa manual do número de cartão de cidadão/bilhete de identidade/ outro documento de identificação válido ou, através da introdução manual do nome do eleitor.

A verificação da inscrição do eleitor deve ser feita por um dos escrutinadores, sendo que o outro procede à descarga no caderno eleitoral desmaterializado, após o exercício do direito de voto.

C. BOLETINS DE VOTO (ARTIGO 95.º)

Após o ato eleitoral, **a partir de 10 de junho**, o Presidente da C.M. presta contas, ao tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou Região Autónoma, dos boletins de voto não utilizados, deteriorados ou inutilizados pelos eleitores e das matrizes em braille que receberam dos presidentes das assembleias ou secções de voto (artigo 95.º, n.º 8).

3.5. IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

Nos termos do artigo 90.º, n.º 3, compete ao Presidente da C.M. reconhecer a impossibilidade da eleição se realizar em qualquer assembleia/secção de voto por motivo de não constituição da mesa, tumulto ou calamidade devendo em consequência marcar novo ato.

3.6. NOTAS FINAIS

1. Desde a data de apresentação de candidaturas até ao dia da eleição, os candidatos que sejam Presidentes da C.M. ou que legalmente os substituam, suspendem obrigatoriamente o seu mandato (artigo 9.º).
2. Chama-se a atenção para a **necessidade de a C.M. adotar todas as diligências necessárias à comunicação mais célere possível dos resultados das mesas de voto, com vista ao escrutínio provisório através da plataforma tecnológica disponibilizada na internet pela Administração Eleitoral.**
3. Relativamente à receção da documentação provinda das mesas, entende-se como útil a centralização na C.M. da receção de todo o material (em pacotes diferentes) que os presidentes das assembleias de voto ou secções de voto devem entregar no final da votação, e que se destina a três entidades distintas: Juiz de Direito da secção da instância local ou, se for o caso, da secção da instância central do tribunal da comarca, Juiz Presidente do tribunal de comarca com sede na capital do distrito ou Região Autónoma e Assembleia de Apuramento Intermédio (distrital/Região Autónoma).

Com esse objetivo deve o Presidente da C.M. providenciar no sentido de obter a necessária colaboração dos Presidentes das Assembleias de Apuramento Intermédio, dos Juizes de Direito, das Juntas de Freguesia, dos Presidentes das assembleias/secções de voto e das Forças de Segurança.

4. ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO

O apuramento dos resultados da eleição **em cada distrito do continente ou em cada região autónoma compete a uma Assembleia de Apuramento Intermédio à qual se aplicam as regras da legislação que rege as eleições de deputados à Assembleia da República respeitantes ao apuramento geral (artigo 12.º, n.º 1, da LEPE).**

Esta assembleia tem a seguinte composição:

- O juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do círculo eleitoral ou, na sua impossibilidade ou se for mais conveniente, o magistrado judicial de secção da instância central da comarca, em quem ele delegue;
- Dois juristas escolhidos pelo presidente;
- Dois professores de matemática que lecionem na sede do distrito ou região autónoma, designados pelo Ministro de Educação ou, nas regiões autónomas, pelo Representante da República;
- Seis presidentes de assembleia ou secção de voto designados pelo tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito ou região autónoma;
- Um secretário de justiça do núcleo da sede do tribunal da comarca, designado pelo presidente, ouvido o administrador judiciário, que serve de secretário.

(artigo 108.º, n.º 1)

A designação dos seis presidentes de assembleia ou secção de voto e dos dois professores de matemática que lecionem na sede do distrito ou região autónoma para integrarem a Assembleia de Apuramento Intermédio, deve ser comunicada ao presidente **até ao dia 5 de junho**.

Nas Regiões Autónomas compete especificamente aos Representantes da República a função que em Portugal Continental compete ao Ministro da Educação, ou seja, designar os dois professores de matemática, para fazerem parte da Assembleia de Apuramento Intermédio [artigo 108.º, n.º 1, c)], devendo, igualmente, comunicar essa decisão ao presidente da mesma **até ao dia 5 de junho** (artigo 108.º, n.º 2).

A A.A.I. deve ficar constituída **até 7 de junho**, dando-se imediato conhecimento público dos nomes dos cidadãos que a compõem através de edital (artigo 108.º, n.º 2) (modelo PE-42).

Os trabalhos da A.A.I. iniciam-se às 9 h do dia **11 de junho**, no local para o efeito designado pelo respetivo presidente (artigo 107.º).

Nas vinte e quatro horas seguintes à votação são entregues ao Presidente da A.A.I. os boletins de voto nulos e aqueles sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto, as atas e demais documentos respeitantes à eleição (artigos 103.º e 106.º).

Nota: Com a entrada em vigor da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro, passa a ser dispensada a entrega dos cadernos eleitorais, prevista no artigo 106.º da LEAR, a qual é substituída pela disponibilização, às

assembleias de apuramento intermédio, da lista dos votantes em cada assembleia ou secção de voto, em formato eletrónico, obtida a partir da informação detida pela INCM (artigo 8.º, n.ºs 1 e 2, da referida Lei).

Terminados os trabalhos de Apuramento Intermédio, as assembleias remetem, imediatamente, um exemplar da respetiva ata à Assembleia de Apuramento Geral que funciona no Tribunal Constitucional (artigo 103.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, com a redação dada pela Lei Orgânica n.º 1/2021, de 4 de junho – da Lei Eleitoral para o Presidente da República - adiante LEPR).

Em simultâneo, é remetida ao tribunal de comarca com jurisdição na sede do distrito ou Região Autónoma a documentação utilizada, bem como o outro exemplar da ata (artigo 114.º).

Todas as certidões ou fotocópias das atas de Apuramento Intermédio são passadas pela secretaria do tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito ou Região Autónoma a pedido dos candidatos, dos mandatários ou de qualquer partido político (artigo 116.º).

5. LOGÍSTICA E FINANÇAS ELEITORAIS

Abordam-se, de forma sintética, as intervenções na área logística, abrangendo:

- a manutenção do mobiliário eleitoral (urnas e câmaras de voto),
- os impressos de apoio à condução do processo eleitoral,
- os impressos de apoio ao funcionamento das secções de voto no dia da eleição,
- a distribuição dos boletins de voto,
- as transferências de verbas para as autarquias locais para a compensação dos membros das mesas/secções de voto e para despesas com o ato eleitoral.

5.1. MOBILIÁRIO ELEITORAL

É muito importante proceder, de forma continuada, à manutenção do equipamento eleitoral, a cargo das C.M. ou distribuído pelas freguesias. Sempre que o estado de conservação das câmaras de voto exija reparações, recomenda-se a sua pronta execução, por forma a repor as adequadas condições de utilização.

Para as freguesias com reduzido número de eleitores, recomenda-se que se constitua uma única secção de voto, sem prejuízo de se efetuar um desdobramento, sempre que isso seja determinante para assegurar um cómodo e livre acesso dos eleitores à secção de voto sem prejudicar a preservação do segredo de voto.

A capacidade, aproximada, das urnas de voto é de:

- ▶ 1 650 boletins de voto no modelo “prisma de base quadrada” e
- ▶ 2 000 boletins de voto no modelo “tronco de pirâmide”.

A eventual distribuição de mais do que uma urna por secção de voto deverá ter em conta a percentagem de votantes verificada na freguesia nos últimos atos eleitorais.

5.2. DOCUMENTOS E IMPRESSOS DE APOIO À CONDUÇÃO DA ELEIÇÃO

Os critérios de distribuição e as quantidades a enviar para as Câmaras Municipais incluem as indicadas em anexo.

Guia prático do processo eleitoral (inclui os “modelos” de editais e outros documentos necessários)

Quadro cronológico

Lei eleitoral e diplomas complementares (legislação aplicável)

Cartaz anunciador da eleição

Folhetos (quatro) - informação destinada aos eleitores sobre o modo de exercício do direito de voto:

- Por doentes internados;
- Por presos;

- Por qualquer eleitor que pretenda votar antecipadamente em mobilidade (no território nacional);
- Deslocados no estrangeiro.

5.3. IMPRESSOS DE APOIO ÀS ASSEMBLEIAS DE VOTO (dia da eleição)

Estes documentos e impressos são distribuídos através das C.M e compreendem:

- ▶ Manual dos membros das mesas eleitorais;
- ▶ Ata das operações eleitorais;
- ▶ Relações numéricas para contagem de descargas e de votos nas listas (RNCD), contagem de votos em branco (RNCVB) e contagem de votos nulos (RNCVN);
- ▶ Rascunhos.

5.4. MATERIAL DE APOIO ÀS ASSEMBLEIAS DE VOTO

- Selos de segurança para fechar as urnas.

Recorda-se que o termo de abertura dos cadernos destinados às atas, deverá ser, nos termos legais, assinado pelo Presidente da Câmara.

5.5. DISTRIBUIÇÃO DOS BOLETINS DE VOTO E RESPETIVAS MATRIZES EM *BRILLE*

A remessa dos boletins de voto contempla o quantitativo resultante do número de inscritos no recenseamento eleitoral, a reserva legal de 20% (n.º 7, do artigo 95.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, aplicável por força do artigo 1.º, da Lei n.º 14/87, de 29 de abril) com uma margem adicional para contemplar o voto antecipado em mobilidade, o voto em mobilidade e ainda duas matrizes em *Brille* por cada secção de voto.

Deve ser dada especial atenção às medidas de segurança envolvendo a guarda e entrega dos boletins de voto, aos prazos exigidos pelo voto antecipado em mobilidade e à entrega dos boletins de voto e respetivas matrizes em *brille* a cada presidente de junta de freguesia, até 3 dias antes da eleição.

São ainda enviados boletins de voto ampliados, na proporção de 2 exemplares por secção de voto, para afixação, imediatamente antes da abertura da votação.

Nota: Juntamente com os impressos de apoio são igualmente enviadas as vinhetas de segurança, bem como os envelopes brancos e azuis, destinados ao exercício do voto antecipado em mobilidade e ao voto antecipado dos doentes internados e dos presos.

5.6. PLATAFORMA SiGAAE – MÓDULO SiALE (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE APOIO À LOGÍSTICA ELEITORAL)

Na plataforma SiGAAE/SiALE, os utilizadores registados deverão inserir o número de secções de voto para a modalidade de votação antecipada em mobilidade e as secções de voto a constituir no dia da eleição. Deverão, ainda, acusar a receção dos boletins de voto e matrizes em *braille*, assim como, de todo o restante material de apoio recebido para o ato eleitoral, assinalando essa receção no respetivo menu/item do SiALE, logo que rececionado, sob pena desta Administração Eleitoral não conseguir repor ou fazer chegar as eventuais faltas.

Devem os interlocutores registados no Módulo SiALE, inserir imediatamente, no dia seguinte à eleição, o número de membros de mesa efetivos e responder aos inquéritos desta Secretaria-Geral sobre o material sobranete, de forma a que se alcance uma melhor gestão do mesmo e se evite maior desperdício.

5.7. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

A transferência de verbas para as autarquias locais, nos termos do disposto no artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de setembro, destina-se a despesas com a preparação e realização do ato eleitoral.

A nível local, podem considerar-se como significativas as despesas com:

- reparação de material eleitoral (urnas e câmaras de voto);
- preparação dos locais de voto.

Os valores determinantes do montante a transferir são fixados por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Administração Interna.

Atento o facto de o Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de setembro, no n.º 1.º, do artigo 2.º dispor que "*a verba transferida ... poderá ser distribuída pelas freguesias ...*" e de o n.º 2, do artigo 4.º determinar que "*não havendo distribuição... nos termos do artigo 2.º, serão constituídos fundos permanentes ... a favor das juntas de freguesia até 30% da importância que lhes caberia se a distribuição houvesse sido efetuada*", recomenda-se que seja dado cumprimento a esse preceito.

Tem-se conhecimento de múltiplos casos em que há uma efetiva intervenção da J.F. na preparação dos locais de voto, cedência de material, deslocação de funcionários, etc.

5.8. COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS OU SECÇÕES DE VOTO

O pagamento das despesas com a compensação dos membros das mesas, nos termos do disposto no artigo 10.º, da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 18/2014, de 10 de abril, é suportado por verba a inscrever no orçamento do Ministério da Administração Interna/Administração Eleitoral que efetuará as necessárias transferências para os municípios. Nos termos do disposto no artigo 9.º, do citado diploma legal, aos membros das mesas é atribuída uma gratificação,

isenta de tributação, no montante de € 59,15, atualizada com base na taxa de inflação, calculada a partir do índice de preços no consumidor, sem habitação, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., relativa ao ano civil anterior, produzindo efeitos no primeiro dia do mês seguinte ao da referida divulgação, ou seja, 1 de fevereiro de 2024.

A fórmula de cálculo do montante a transferir para cada município é a seguinte:

$$\mathbf{N.º \text{ de secções de voto } \times \mathbf{n.º \text{ membros de mesa } \times \mathbf{€ 59,15}}$$

Para o recebimento da gratificação terá de ser conferida a identidade do interessado face ao edital da constituição da mesa (n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, aplicável por força do artigo 1.º, da Lei n.º 14/87, de 29 de abril seguindo-se o procedimento previsto no n.º 6, do artigo 47.º, da citada Lei), – vd modelo de certidão de exercício de funções de membro de mesa (PE-40), incluído no presente Guia.

Deverá, ainda, ser enviada a guia de receita da verba transferida para a Câmara Municipal.

6. ANEXOS

INTERVENÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital

LISTAS DEFINITIVAMENTE ADMITIDAS

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____ faz público, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que foram definitivamente admitidas à eleição para o **Parlamento Europeu**, as seguintes listas:

(denominação da lista)

Candidatos(as) _____
(nome)

(nome)

(nome)

etc.

(denominação da lista)

Candidatos (as) _____
(nome)

(nome)

(nome)

etc.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital é afixado à porta das Câmaras Municipais, bem como, no dia da eleição, à porta e no interior da assembleia ou secção de voto (para este efeito são entregues ao(à) presidente da mesa, com a restante documentação eleitoral).



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital
DESISTÊNCIA DE LISTA(S)

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____ faz público, que foi oficialmente comunicada a **desistência** da(s) seguinte(s) lista(s), nos termos do artigo 39.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio:

(denominação da lista)

(partido)

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: A afixar nos locais de estilo e no dia da eleição à entrada das assembleias ou secções de voto depois de comunicação da Administração Eleitoral da SGMAI ou nas Regiões Autónomas do Representante da República respetivo.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital

DESDOBRAMENTOS DE ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____ faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 40.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que a assembleia de voto da freguesia de _____ foi desdobrada em _____ secções de voto que vão funcionar nos locais seguintes:

Secção de voto n.º 1 - _____
 Secção de voto n.º 2 - _____ (local)
 etc. _____ (local)

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo dispositivo legal que desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da respetiva freguesia, para a secção da instância local do tribunal de comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do município (a menos que na sede do município se encontre instalada uma secção da instância central daquele tribunal, com competência em matéria cível, caso em que o recurso será interposto para essa secção).

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital é afixado nos lugares de estilo, nomeadamente à porta da Câmara Municipal e de cada uma das Juntas de Freguesia do Município.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital
MAPA DEFINITIVO DAS ASSEMBLEIAS E SECÇÕES DE VOTO

Nos termos do n.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, torna-se público que na área deste concelho vão funcionar as seguintes assembleias e secções de voto:

Freguesia de _____

Secção de voto n.º 1 - _____
(local)

Secção de voto n.º 2 - _____
(local)

.....
Freguesia de _____

Secção de voto n.º 1 - _____
(local)

Secção de voto n.º 2 - _____
(local)

etc.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este mapa é afixado nas Câmaras Municipais.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital

LOCAIS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DAS ASSEMBLEIAS OU SECÇÕES DE VOTO E ELEITORES QUE NELAS VOTAM

FREGUESIA DE _____

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____ faz público, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que as secções de voto da freguesia de _____ iniciam as operações de votação a partir das 07.00 horas do dia ____ de _____ de _____ no(s) seguinte(s) local(ais):

Secção de voto n.º 1: _____
(local) _____
(do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor) _____
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

Secção de voto n.º 2: _____
(local) _____
(do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor) _____
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: 1. No caso de freguesias em que haja apenas um local de voto o edital contém apenas:

A assembleia de voto para todos os eleitores inscritos no recenseamento desta freguesia funciona em

(local)

2. Este modelo de edital deve ser afixado nos lugares de estilo de cada uma das respetivas freguesias e da sede do município.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

CREDENCIAL ⁽¹⁾

_____, inscrito(a) no recenseamento eleitoral
(nome)
da freguesia de _____, portador(a) do Cartão de Cidadão/Bilhete
de identidade n.º _____, é delegado(a)/suplente de _____ (2)
na Assembleia/Secção de voto n.º _____ da freguesia de _____ deste
concelho na eleição para o Parlamento Europeu que se realiza no dia 9 de junho de 2024.

_____, _____ de _____ de 2024 (3)

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: (1) O preenchimento deste documento compete aos partidos políticos ou candidaturas delegantes e deve ser entregue na Câmara Municipal juntamente com uma relação de todos os seus delegados(as) com indicação da assembleia ou secção de voto para que foram designados, nos prazos e para os efeitos legais.

(2) Lista ou candidatura.

(3) A preencher pela entidade emissora.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital

DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 47.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que foram designados para desempenhar funções de membros da Mesa da Assembleia de Voto da freguesia de _____ os seguintes cidadãos:

Secção de voto n.º _____

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

Secção de voto n.º _____

.....

Mais torna público que, desta decisão, pode qualquer eleitor recorrer, no prazo de 2 dias, para o Presidente da Câmara, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital elaborado pela Câmara Municipal deve ser afixado à porta das Juntas de Freguesia, no prazo de 48 horas, após a designação.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Alvará

NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, nomeia, nos termos do n.º 6 do artigo 47.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, e com referência aos cargos a desempenhar, os cidadãos abaixo indicados para membros da Mesa (da Secção de Voto n.º _____), da Assembleia de Voto da Freguesia de _____ deste município.

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 47.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, deve ser enviada até 14 de maio cópia deste alvará às respetivas Junta de Freguesia.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

OFÍCIO A ENVIAR AOS MEMBROS DAS MESAS

(nome)

(morada)

**Assunto: Designação para o exercício de funções de membro de mesa.
Eleição para o Parlamento Europeu – 9 de junho de 2024.**

Exm.^{o/a} Senhor(a)

Conforme cópia do alvará de nomeação que se remete em anexo, foi V. Exa. designado(a) para exercer funções de membro de mesa, na secção de voto n.º _____ da assembleia de voto da freguesia de _____ que funcionará em _____, no dia _____ (dia da eleição).

Em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 44.º Lei n.º 14/79, de 16 de maio, o desempenho das referidas funções, que consubstancia o exercício de um dever cívico fundamental, é obrigatório.

Caso não lhe seja possível assegurar o desempenho das funções para que foi designado, por motivo de força maior ou justa causa, deve comunicar tal facto ao Presidente da Câmara Municipal, o mais tardar até 3 dias antes do ato eleitoral, justificando, fundamentadamente, essa impossibilidade (artigo 44.º, n.ºs 5, 6 e 7 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).

Nesta oportunidade, cumpre salientar que os membros das mesas são dispensados do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia da eleição e no dia seguinte, não perdendo, por essa razão, nenhum dos seus direitos ou regalias, incluindo o direito à retribuição, devendo para o efeito fazer prova bastante do exercício dessas funções (artigo 48.º, n.º 5 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).

A finalizar, mais se informa que, no próximo dia 9 de junho, V. Exa. deve comparecer no local de funcionamento da secção de voto para que foi nomeado(a), pelas 06.00 horas, atenta a necessidade de preparação de todo o material destinado às operações de votação e apuramento, com vista a que se possa dar início às operações eleitorais às 07.00 horas.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Os membros da mesa devem saber ler e escrever português e estar inscritos nos cadernos eleitorais da assembleia/secção de voto para que foram nomeados (art.º 44.º, n.º 3, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital
SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, faz público, que nos termos das disposições conjugadas e constantes no n.º 7 do artigo 44.º e nos n.ºs 2 e 7 do artigo 47.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, passa(m) a desempenhar as funções de membro(s) da mesa da secção de voto n.º _____ da assembleia de voto da freguesia de _____ deste município o(s) seguinte(s) cidadão(s):

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital deve ser enviado, imediatamente a seguir à sua publicação, à respetiva Junta de Freguesia.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Assembleia/Secção de Voto n.º ____
da Freguesia de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....

Este sobrescrito contém _____ boletins de voto, duas matrizes em *braille* e os editais com as listas definitivamente admitidas.

NOTA: De acordo com o n.º 7 do artigo 95.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, este sobrescrito deve conter os boletins de voto, em número igual aos dos eleitores inscritos na assembleia ou secção de voto acrescido de 20%; deve ser lacrado e **entregue ao(à) presidente da mesa até 5 de junho**; este só pode ser aberto no próprio dia da eleição, após o início dos trabalhos preparatórios, devendo, os membros de mesa, verificar se o número de boletins, bem como das matrizes em *braille*, recebido corresponde ao indicado.

INTERVENÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS **VOTO ANTECIPADO**



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Convocatória
REUNIÃO DE DELEGADOS PARA DESIGNAÇÃO
DOS MEMBROS DA MESA DE VOTO ANTECIPADO EM MOBILIDADE

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, convoca os delegados(as) dos partidos políticos/coligações concorrentes para procederem à escolha dos membros da mesa de voto antecipado em mobilidade, nos termos do n.ºs 1 e 8 do artigo 47.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, em reunião que terá início às _____ horas do dia ____/____/____, nesta câmara municipal.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Esta convocatória deve ser complementada pelo contato direto (p.ex. pela via postal) com os delegados indicados à Câmara Municipal pelos partidos/coligações.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Edital

DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DE VOTO ANTECIPADO EM MOBILIDADE

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 47.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que foram designados para desempenhar funções de membros da Mesa da Assembleia de Voto Antecipado em Mobilidade os seguintes cidadãos:

Presidente _____
 Suplente _____
 Secretário(a) _____
 Escrutinador(a) _____
 Escrutinador(a) _____

Mais torna público que, desta decisão, pode qualquer eleitor recorrer, no prazo de 2 dias, para o Presidente da Câmara, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital elaborado pela Câmara Municipal deve ser afixado à porta da Câmara Municipal, no prazo de 48 horas, após a designação.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Alvará

NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO ANTECIPADO EM MOBILIDADE

_____, Presidente da Câmara Municipal de _____, nomeia, nos termos do n.º 6 do artigo 47.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, e com referência aos cargos a desempenhar, os cidadãos abaixo indicados para membros da Mesa da Assembleia de Voto Antecipado em Mobilidade.

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)



ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

OFÍCIO A ENVIAR AOS MEMBROS DAS MESAS DE VOTO ANTECIPADO EM MOBILIDADE

(nome)

(morada)

Assunto: Designação para o exercício de funções de membro de mesa de voto antecipado em mobilidade.

Eleição para o Parlamento Europeu - 2 de junho de 2024

Exm.^{o/a} Senhor(a)

Conforme cópia do alvará de nomeação que se remete em anexo, foi V. Exa. designado(a) para exercer funções de membro de mesa, na mesa de voto antecipado em mobilidade que funcionará em _____, **no dia 2 de junho de 2024.**

(local)

Em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 44.º Lei n.º 14/79, de 16 de maio, o desempenho das referidas funções, que consubstancia o exercício de um dever cívico fundamental, é obrigatório.

Caso não lhe seja possível assegurar o desempenho das funções para que foi designado, por motivo de força maior ou justa causa, deve comunicar tal facto ao Presidente da Câmara Municipal, o mais tardar **até ao dia 29 de maio de 2024**, justificando, fundamentadamente essa impossibilidade (artigo 44.º, n.ºs 5, 6 e 7 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).

Nesta oportunidade, cumpre salientar que os membros das mesas são dispensados do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia da eleição e no dia seguinte, não perdendo, por essa razão, nenhum dos seus direitos ou regalias, incluindo o direito à retribuição, devendo para o efeito fazer prova bastante do exercício dessas funções (artigo 48.º, n.º 5 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).

A finalizar, mais se informa que, no próximo dia 2 de junho, V. Exa. deve comparecer no local de funcionamento da mesa de voto antecipado em mobilidade para que foi nomeado(a), pelas 07.00 horas, atenta a necessidade de preparação de todo o material destinado às operações de votação, com vista a que se possa dar início às operações eleitorais às 08.00 horas.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Os membros da mesa devem saber ler e escrever português e estar inscritos no recenseamento eleitoral nas freguesias do respetivo concelho sede do distrito (art.º 44.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio).



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

CREDENCIAL ⁽¹⁾

_____, inscrito(a) no recenseamento eleitoral
(nome)
da freguesia de _____, portador(a) do Cartão de Cidadão/Bilhete
de identidade n.º _____, é delegado(a)/suplente de _____ (2)
na mesa de voto antecipado em mobilidade deste concelho no dia 2 de junho de 2024.

_____, _____ de _____ de 2024 (3)

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: (1) O preenchimento deste documento compete aos partidos políticos ou candidaturas delegantes e deve ser entregue na Câmara Municipal, nos prazos e para os efeitos legais.

(2) Lista ou candidatura.

(3) A preencher pela entidade emissora.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO ÀS LISTAS PARA NOMEAÇÃO DE DELEGADOS PARA
FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DO VOTO ANTECIPADO
(Artigo 79.º-D, n.º 3, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio)**

(nome da lista e morada)

**Assunto: Eleição para o Parlamento Europeu - 9 de junho de 2024.
Voto antecipado de doentes internados e presos.
Notificação para a nomeação de delegados.**

Em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 79.º- D, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, notifica-se esta lista de que a nomeação de delegados para fiscalização das operações de voto antecipado deve ser efetuada até ao dia 26 de maio.

Para o efeito, mais se informa que os estabelecimentos hospitalares e prisionais da área deste município onde se realiza o voto antecipado são os seguintes:

Com os melhores cumprimentos

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Esta notificação deve ser efetuada **até ao dia 24 de maio**.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

**MODELO DE COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M. AOS DELEGADOS DAS LISTAS E DIRETORES DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E PRISIONAIS ANUNCIANDO OS DIAS E HORAS EM QUE SE PROCEDE AO VOTO ANTECIPADO
(Artigo 79.º-D, n.º 5, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio)**

Exmo(a). Senhor(a)

(delegados/diretores dos estabelecimentos hospitalares/prisionais)

**Assunto: Eleição para o Parlamento Europeu - 9 de junho de 2024.
Comunicação dos locais de exercício do voto antecipado.**

Em obediência ao disposto no n.º 5 do artigo 79.º-D da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, informa-se que são os seguintes os locais, dias* e horas de exercício do direito de voto antecipado na área deste município:

_____ às _____ horas do dia _____
(local)

_____ às _____ horas do dia _____
(local) etc.

Com os melhores cumprimentos

O/A Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: *Entre os dias 27 e 30 de maio.

INTERVENÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA/ COMISSÃO RECENSEADORA



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Convocatória

REUNIÃO DE DELEGADOS PARA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS ELEITORAIS

_____, Presidente da Junta de Freguesia de _____, convoca os delegados dos partidos políticos/coligações concorrentes para, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, procederem à escolha dos membros das assembleias ou secções de voto em reunião que terá início às _____ horas do dia ____/____/____ na sede da Junta de Freguesia.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Junta de Freguesia

(assinatura)

NOTA: Esta convocatória deve ser complementada pelo contato direto (p.ex. pela via postal) com os delegados indicados à Câmara Municipal pelos partidos/coligações.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
COMISSÃO RECENSEADORA/
JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Assembleia/Secção de Voto n.º ____
da Freguesia de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....

Este sobrescrito contém um caderno destinado às atas das operações eleitorais e demais impressos e mapas que se torne necessário utilizar no ato da eleição.

NOTA: Este sobrescrito deve ser entregue **até 3 dias antes da eleição**, como prescreve o artigo 52.º, n.º 1, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, conjugado com o artigo 58.º, n.º 2, da Lei n.º 13/99, de 22 de março.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Recibo

Recebi, nos termos dos artigos 51.º e 52.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, do(a) Presidente da Comissão Recenseadora/Junta de Freguesia de _____

- um caderno de atas;
- impressos, mapas e demais documentos eleitorais;
- os boletins de voto e respetivas matrizes em *braille*;

destinados à eleição para o Parlamento Europeu.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da mesa
Assembleia de Voto/Secção de voto n.º _____
da Freguesia de _____

(assinatura)

NOTA: Toda esta documentação deve ser **entregue o mais tardar até 3 dias antes da eleição, ou seja, 5 de junho.**



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
COMISSÃO RECENSEADORA/
JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Edital

FUNCIONAMENTO DAS JUNTAS DE FREGUESIA

_____, Presidente da Junta de Freguesia/Comissão Recenseadora, faz público, nos termos do artigo 85.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que os seus serviços se encontram abertos no dia da eleição.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Junta de Freguesia

(assinatura)

INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE VOTO



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital **CONSTITUIÇÃO DA MESA**

_____, Presidente desta Assembleia de Voto/Secção de Voto, faz público, nos termos do n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que pelas ____ horas do dia 9 de junho de 2024 se constituiu a Mesa a ela referente com os seguintes membros:

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

Mais faz público que nesta Assembleia de Voto/Secção de Voto estão **inscritos** _____ eleitores.

Para constar, e mais efeitos, se lavrou o presente edital, que vai ser afixado à porta desta Assembleia/Secção de voto.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____
SEÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital
ALTERAÇÕES À CONSTITUIÇÃO DA MESA

_____, Presidente da Mesa desta Assembleia de Voto/Secção de Voto, faz público, nos termos do n.º 1, do artigo 49.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que pelas _____ horas houve alteração na constituição da Mesa pelos motivos seguintes:

A constituição da Mesa passa a ser a seguinte:

Presidente _____
Suplente _____
Secretário(a) _____
Escrutinador(a) _____
Escrutinador(a) _____

Para constar se passou o presente edital, que vai ser afixado à porta do edifício onde decorre esta eleição.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO

N.º _____

Do(a) eleitor(a) _____
(nome)

Ao(À) eleitor(a) _____
(nome)

NOTA: Cartaz a ser afixado à porta das secções de voto das freguesias onde haja desdobramento da assembleia de voto.
Recomenda-se que a dimensão seja, no mínimo, A3.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____
SEÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal
de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se a conter os **boletins de voto não utilizados e os inutilizados ou deteriorados pelos eleitores, bem como as matrizes em *braille***, e deve ser remetido fechado e lacrado, no dia seguinte ao da eleição (n.º 8, do art.º 95.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio). Dentro deste sobrescrito segue também o ofício de modelo PE-28.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

OFÍCIO

Exmo(a). Senhor(a)

Juiz Presidente (do tribunal de comarca com
sede na capital do distrito ou Região Autónoma)
de _____

**Assunto: Número de boletins de voto recebidos e matrizes em *braille*.
Boletins de voto utilizados e inutilizados ou deteriorados.**

O Presidente da Assembleia de Voto/Secção de Voto n.º _____ da freguesia de _____, tendo recebido _____ boletins de voto e _____ matrizes em *braille*, para serem utilizados nas operações de votação vem, nos termos do disposto nos artigos 95.º, n.º 8 e 100.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, devolver a V.Ex.^a _____ boletins de voto não utilizados, _____ inutilizados ou deteriorados pelos eleitores e _____ matrizes em *braille*.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Este ofício será introduzido no sobrescrito de modelo PE-27.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital

BOLETINS DE VOTO ENTRADOS NA URNA

_____, Presidente da Mesa desta Assembleia de Voto/Secção de Voto, faz público, nos termos do n.º 4, do artigo 101.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que o **número de boletins de voto entrados** na(s) urna(s) desta Assembleia de Voto/Secção de voto é de: _____.

Para constar se lavrou este edital que, depois de lido em voz alta, vai ser afixado à porta principal desta Assembleia de Voto/Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Este edital deve ser afixado à porta principal da Assembleia ou Secção de Voto.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital

VOTOS ATRIBUÍDOS A CADA LISTA, VOTOS EM BRANCO E VOTOS NULOS

_____, Presidente da Mesa desta Assembleia de Voto/Secção de Voto, faz público, nos termos do n.º 7, do artigo 102.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que é o seguinte o **número de votos atribuídos a cada lista**:

_____, _____ votos
(denominação da lista)

_____, _____ votos
(denominação da lista)

etc.....

Mais faz público que:

O n.º de **votos em branco** é de _____

O n.º de **votos nulos** é de _____

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

OFÍCIO

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Assembleia de Apuramento
Intermédio do Distrito (Região Autónoma)
de _____

Assunto: Remessa da documentação eleitoral.

Junto se remetem a V.Ex.^a, ao abrigo dos artigos 103.º e 106.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, a ata das operações de votação e apuramento parcial, os boletins de voto contendo os votos nulos e os boletins de voto sobre os quais foram apresentadas reclamações ou protestos, depois de rubricados, e a demais documentação relativa à eleição.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo(a). Senhor(a)

Presidente da Assembleia de Apuramento
Intermédio do Distrito (Região Autónoma)
de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se, nos termos dos artigos 103.º e 106.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, a conter a ata, e ainda os **boletins de voto com votos nulos e aqueles sobre os quais hajam incidido reclamações ou protestos**, depois de rubricados, e demais documentos respeitantes à eleição. Ele conterá também o ofício de modelo PE-31. Será remetido pelo(a) Presidente da Assembleia ou Secção de Voto, ao(à) Presidente da Assembleia de Apuramento Intermédio pelo seguro de correio, ou entregue pelo próprio, que cobrará recibo de entrega, nas 24 horas imediatas ao apuramento parcial.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Recibo

Recebi do Presidente da Assembleia de Voto/Secção de Voto n.º _____ da Freguesia de _____
_____ as atas, os boletins de voto contendo os votos nulos e
aqueles sobre os quais incidem reclamação ou protesto e demais documentação respeitante à eleição
para o Parlamento Europeu nos termos do disposto nos artigos 103.º e 106.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de
maio.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Assembleia de Apuramento
Intermédio de _____

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo(a). Senhor(a)
Juiz(a) de Direito de _____

Assunto: Envio de boletins de voto com votos válidos e votos em branco.

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 104.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, junto remeto a V.Ex.^a os boletins de voto que não foram objeto de reclamação ou protesto, tendo sido, portanto, considerados no apuramento. Remetem-se também, ao abrigo do mesmo preceito, os boletins de voto com votos em branco.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Este ofício acompanha o sobrescrito ou pacote lacrado (modelo PE-35) que contém os boletins de voto a serem confiados à guarda do(a) Juiz(a) de Direito da secção da instância local ou, se for o caso, da secção da instância central do tribunal da comarca referidas no n.º 4 do artigo 40.º, nas 24 horas imediatas ao apuramento parcial, e que devem mais tarde ser destruídos nos termos do n.º 2 do artigo 104.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo(a). Senhor(a)
Juiz(a) de Direito de _____
de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se a conter **os boletins de voto com votos válidos e os boletins de voto com votos em branco**. Deve incluir também o ofício de modelo PE-34 e ser lacrado.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Decisão da Mesa

Tendo sido apresentado por _____ à Mesa desta Assembleia de voto/
Secção de voto a seguinte reclamação, protesto ou contraprotesto:

deliberou esta mesa, por maioria absoluta (ou unanimidade) dos membros presentes, que:

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

(DA DELIBERAÇÃO DA MESA SOBRE RECLAMAÇÕES, PROTESTOS OU CONTRAPROTESTOS)

Na sequência do requerimento elaborado por _____
delegado(a) (suplente) da lista _____, ao abrigo da alínea d) do n.º
1 do artigo 50.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, certifica-se que:

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

A solicitação do(a) próprio(a) certifica-se que _____
eleitor(a) desta freguesia exerceu o seu direito de sufrágio nesta Assembleia de Voto / Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

(EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MEMBRO DE MESA)

Nos termos e para os efeitos do artigo 48.º, n.º 5, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, a pedido/requerimento de _____, que comprovei ser membro desta mesa eleitoral, através da apresentação do competente alvará de nomeação, certifico, que o mesmo desempenhou as inerentes funções.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão deve acompanhar a cópia do alvará de nomeação para efeitos de prova do estipulado no artigo 48.º, n.º 5 (direito dos membros da mesa da dispensa do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia da eleição e no dia seguinte).



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____
SEÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

(EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DELEGADO(A)/SUPLENTE DE LISTA)

Na sequência do pedido/requerimento apresentado por _____, que comprovei ser delegado(a)/suplente da lista _____ a esta Assembleia/Secção de voto através da apresentação da competente credencial, certifico, para efeitos do previsto artigo 50.º-A, n.º 2, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que o(a) mesmo exerceu essas funções.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão deve acompanhar a credencial para efeitos da prova referida no artigo 48º, n.º 5 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio.



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

(EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE TÉCNICO DE APOIO INFORMÁTICO)

Nos termos e para os efeitos do artigo 48.º, n.º 5, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, conforme Deliberação da Comissão Nacional de Eleições, de 16 de abril de 2024, e a pedido/requerimento de _____ que comprovei ser o técnico de apoio informático desta mesa eleitoral, certifico, que o mesmo desempenhou as inerentes funções.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão serve para efeitos de prova do estipulado no artigo 48.º, n.º 5 (direito dos membros da mesa da dispensa do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia da eleição e no dia seguinte), conforme deliberação da Comissão Nacional de Eleições de 16 de abril de 2024.

EDITAL DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO DO
DISTRITO (REGIÃO AUTÓNOMA) DE _____

Edital

DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO

_____, Presidente da Assembleia de Apuramento Intermédio do Distrito (Região Autónoma) de _____ faz público, nos termos do n.º 2, do art.º 108.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que foram designados para desempenhar funções de membros da assembleia de apuramento intermédio deste Distrito (Região Autónoma) os seguintes cidadãos:

Presidente _____

Secretário(a) _____

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Assembleia

(assinatura)

NOTA: Este edital é afixado à porta do edifício para o efeito designado pelo(a) Presidente da Assembleia de Apuramento Intermédio e imediatamente a seguir à constituição da Assembleia (antevéspera do dia designado para a eleição).



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO DO
DISTRITO (REGIÃO AUTÓNOMA) DE _____

Edital
APURAMENTO INTERMÉDIO

_____, Presidente da Assembleia de Apuramento Intermédio do Distrito (Região Autónoma) de _____ faz público, nos termos do art.º 112.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que é o seguinte o resultado do apuramento efectuado:

| | |
|--|------------------------|
| N.º total de eleitores inscritos | _____ |
| N.º total de votantes | _____ |
| N.º total de votos | _____ |
| | (denominação da lista) |
| N.º total de votos | _____ |
| | (denominação da lista) |
| N.º total de votos | _____ |
| | (denominação da lista) |
| N.º total de votos | _____ |
| | (denominação da lista) |
| | etc. |

| | |
|------------------------------|-------|
| N.º de votos em branco | _____ |
| N.º de votos nulos | _____ |

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Assembleia

(assinatura e autenticação)



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
9 junho 2024
#eleicoeseuropeias2024

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU
ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO DO
DISTRITO (REGIÃO AUTÓNOMA) DE _____

Certidão
**(EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MEMBRO
DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO INTERMÉDIO)**

_____, Presidente da Assembleia de
Apuramento Intermédio de _____ certifica, para efeitos do artigo
108.º, n.º4, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que _____
exerceu funções de membro desta assembleia entre os dias _____.

_____, _____ de _____ de 2024

O/A Presidente da Assembleia

(assinatura)

CRITÉRIOS E QUANTIDADES DOS IMPRESSOS A DISTRIBUIR

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU

9 de junho de 2024

Critérios e quantidades de material de apoio a distribuir através das Câmaras Municipais

1 - Guia Prático (GP)

Critério:

4 exemplares por Representante da República (Regiões Autónomas) e Câmara Municipal (CM)

1 exemplar por Junta de Freguesia (JF)

Tiragem = 4 500 exemplares

2 - Quadro cronológico (QC)

Critério:

2 exemplares por CM

1 exemplares por JF

3 exemplares por Representante da República (Regiões Autónomas)

Tiragem = 3 850 exemplares

3 - Legislação atualizada (LG)

Critério:

3 exemplares por CM

1 exemplar por JF

4 exemplares por Representante da República (Regiões Autónomas)

Tiragem = 4 200 exemplares

4 - Folheto explicativo Voto Antecipado “doentes”

Critério:

5 exemplares por CM

2 exemplares por JF

Restantes exemplares distribuídos a várias entidades

Tiragem = 12 900 exemplares

5 - Folheto explicativo Voto Antecipado “presos”

Critério:

4 exemplares por CM

1 exemplares por JF

Restantes exemplares distribuídos a várias entidades

Tiragem = 8 000 exemplares

6 - Folheto explicativo Voto Antecipado “deslocados no estrangeiro”

Critério:

20 exemplares por CM

10 exemplares por JF

Restantes exemplares distribuídos a várias entidades

Tiragem = 38 000

7 - Folheto explicativo Voto Antecipado "mobilidade"

Critério:

10 exemplares por CM

10 exemplares por JF

Restantes exemplares distribuídos a várias entidades

Tiragem = 38 800 exemplares

8 - Cartaz anunciador (CA)

Formatos: A2 (420 x 594)

Critério:

90 exemplares por CM

20 exemplares por JF

Restantes exemplares por Representante da República (Regiões Autónomas)

Tiragem: 90 000 exemplares

9 - Manual dos Membros das Mesas Eleitorais (MM)

Critério:

6 exemplares por CM

2 exemplares por secção de voto

Tiragem: 26 000 exemplares

10 - Atas das Operações Eleitorais (AT)

Critério:

2 exemplares por secção de voto

Tiragem: 25 000 exemplares

11 - Relações Numéricas p/ Contagem de Descargas e de Votos nas Listas (RNCD)

Critério:

5 exemplares por secção de voto

Tiragem 60 000 exemplares

12 - Relações Numéricas p/ Contagem de Votos em Branco (RNCVB)

Critério:

5 exemplares por secção de voto

Tiragem: 60 000 exemplares

13 - Relações Numéricas p/ Contagem de Votos Nulos (RNCVN)

Critério:

5 exemplares por secção de voto

Tiragem: 60 000 exemplares

QUADRO CRONOLÓGICO DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS



Consulta dos Cadernos de Recenseamento

Internet: www.recenseamento.pt

Ligue: 808 206 206 (custo de chamada local)



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA